



Currículo escolar de Geografia: diagnóstico da realidade curricular em escola municipal

Plan de estudios de Geografía: diagnóstico de realidad del plan de estudios en la escuela municipal

Andréa Luciano Santana¹

Secretaria de Educação do Estado do Tocantins
andrealucianosantana@uft.edu.br

Mariléia de Oliveira Bispo²

Universidade Federal do Tocantins
marcileia@mail.uft.edu.br

RESUMO: Este artigo apresenta um diagnóstico sobre a realidade curricular no ensino de Geografia nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, tendo como objeto de estudo uma escola da rede municipal de Cariri - TO, Escola Municipal Divina Ribeiro Borges. O objetivo da pesquisa realizada na escola Divina Ribeiro Borges, foi compreender as relações que os professores estabelecem com o currículo de Geografia. Essa compreensão é importante pela contribuição da Geografia no processo de alfabetização das crianças e, dessa forma, compreender a importância do componente curricular de Geografia para essa fase de escolaridade. Na pesquisa utilizou-se como metodologia a revisão bibliográfica, observação e entrevista. Dentre os fatores encontrados, pode-se perceber que os professores priorizam o letramento e compreensão das operações matemáticas, as normas dos Parâmetros Curriculares Nacionais nos Anos Iniciais para o ensino de Geografia e que são vistas com indiferença e abordado fora do contexto escolar.

Palavras-chave: Currículo - Geografia - Escola - Professores

RESUMEN: En este artículo se presenta un diagnóstico de la realidad curricular en la enseñanza de la Geografía en los primeros grados de la escuela primaria, con el objeto de estudio de una escuela municipal de Cariri - TO, Escola Municipal Divina Ribeiro Borges. El propósito de la encuesta en la Escuela Divina Ribeiro Borges, era comprender las relaciones que establecen con los maestros del plan de estudios de Geografía. Este conocimiento es importante para la contribución al proceso de Geografía alfabetización de los niños y, por lo tanto, comprender la importancia del componente curricular de Geografía para esta etapa educativa. En la metodología del estudio se utilizó la revisión de la literatura, la observación y la entrevista. Entre los factores que se encuentran, se puede observar que los profesores dan prioridad a la alfabetización y la comprensión de las operaciones matemáticas, las normas de los Parámetros Curriculares Nacionales en primeros años de la enseñanza de la geografía y que son vistos con indiferencia y dirigida fuera del contexto de la escuela.

Palabras-clave: Plan de estudios - Geografía - Escuela - Profesores

Introdução

¹ Graduada em Geografia, professora da Educação Básica no estado do Tocantins. E-mail: andrealucianosantana@uft.edu.br

² Professora Doutora dos cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia, UFT/Campus de Porto Nacional. E-mail: marcileia@mail.uft.edu.br

O conceito e concepção do currículo escolar de Geografia como construção social, segundo vários autores é marcado por contradições e conflitos econômicos, culturais, políticos e ideológicos que produz a compreensão do próprio currículo como produto da seleção de conhecimentos e saberes promovidos por determinados sujeitos sociais, a partir da multiplicidade de conflitos inerentes à vida social, em especial aqueles que implicam relações de dominação. O currículo, assim concebido, se manifesta tanto nos documentos oficiais quanto nas ações dos professores no cotidiano escolar.

Desta forma, este artigo apresenta um diagnóstico da realidade curricular de Geografia da Escola Municipal Divina Ribeiro Borges em Cariri - To. Esse diagnóstico buscou compreender as relações que os professores estabelecem com o currículo de Geografia e a importância da Geografia no processo de alfabetização de crianças, diagnosticar como os professores de Geografia estão adaptando o currículo à realidade nas séries iniciais do Ensino Fundamental na Escola Municipal Divina Ribeiro Borges em Cariri-To e assim, compreender a importância do componente curricular para essa fase de escolaridade. Para tanto, observou-se as turmas de 4º (quarto ano) e 5º (quinto ano) do Ensino Fundamental.

Conforme os autores como Kaercher (2001), Callai (2002), Santos (2002), Freire (2003), Castrogiovanni (2003), Cavalcanti (2006), que foram base para o artigo, existem afirmações de que os conteúdos contidos no currículo proposto e veiculados pela "Geografia dos (as) professores (as)", são resultantes de uma seleção intencional realizada pelos (as) detentores do poder de Estado, desta forma o problema ao qual se investiga nesta pesquisa focou os fatores que dificultam a adaptação curricular da Geografia nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Ainda de acordo com os autores mencionados, a maneira como os diferentes conteúdos da Geografia Escolar são trabalhados e articulados numa sequência didática podem determinar a mudanças nas relações que os alunos estabelecem com o conhecimento desta disciplina, porque a Geografia ultrapassa os muros da sala de aula e se configura no seu dia-a-dia. E, além disso, há uma preocupação em adaptar o currículo proposto de Geografia escolar à realidade da comunidade, pois o currículo de Geografia no Brasil foi estruturado com aspectos semelhantes ao modelo de currículo Francês, com elementos descritivos de uma Geografia da cosmologia, da natureza com dicotomias entre o social e o natural.

A opção por realizar a pesquisa que culminou neste artigo, evidenciando o cotidiano da ação docente, fez-se no sentido de dar respostas ao questionamento de quais são os fatores que determinam as relações dos professores com o currículo de Geografia nas séries iniciais na rede municipal, em especial na Escola Municipal Divina Ribeiro Borges. Para tanto, realizamos um levantamento bibliográfico, observação direta e entrevista por meio de questionário estruturado.

O currículo e o ensino de Geografia

Para melhor compreensão do termo currículo, faz-se necessário um aprofundamento etimológico da palavra, “a origem da palavra “currículo” vem do latim “scurrere” que expressa corrida, caminho, jornada, trajetória, percurso a seguir” (SACRISTÁN, 2000, p.119). Entende-se então que no currículo, existem diretrizes do que ensinar e como ensinar e qual trajetória a seguir dentro da escola, visto que falamos aqui de currículo escolar.

Em consonância com essa postura, Apple (2001, p.8) assinala que:

O currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, que de algum modo aparece nos textos e nas salas de aula de uma nação. Ele é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. É produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo.

E ainda com base em Young (*apud* Santos, 1978, p.220), “o currículo é uma construção e uma invenção social, o que torna necessário analisar os valores e interesses sociais que levam a inclusão e a exclusão de determinados conhecimentos nos processos de escolarização”. De acordo com essas abordagens, observa-se que o currículo é um elemento social, espacial e de poder, que se torna um fator estruturante do ensinar e aprender.

Neste sentido, entendendo o conceito de currículo e ao buscarmos em Marques (2008) um artigo intitulado “Reflexões sobre o ensino de Geografia nas séries iniciais do Ensino Fundamental”, que faz uma retrospectiva da inclusão da disciplina de Geografia nas séries iniciais e ressalta que o ensino de Geografia passou a fazer parte do currículo oficial do ensino primário no país a partir promulgação da Lei Orgânica do Ensino Primário e a Lei Orgânica do Ensino Normal em 1946, conhecida como Reforma Capanema, para começar a discussão sobre currículo e ensino de Geografia.

Segundo Marques (2008), até o ano de 1946, a Geografia fazia parte do nível primário de escolaridade de forma indireta, pois os conteúdos geográficos eram estudados em textos dos livros didáticos que os professores selecionavam. Os dados geográficos eram apresentados de forma descritiva, com a predominância do enciclopedismo e da descontextualização e que a Geografia não colaborava para a realização dos objetivos políticos e ideológicos daquele momento, desta forma o governo da época, instituiu então disciplina de Educação Moral e Cívica em todos os graus da rede de ensino.

Mas, como é confirmado pelo mesmo autor, Marques (2008), a Lei 5.692/71, que tinha o objetivo de alinhar o sistema educacional aos planos do estado capitalista militar, a fim de adequar a educação à ideologia do “desenvolvimento com segurança”, e a flexibilidade o currículo real de cada estado passou a ser organizado de acordo com as suas peculiaridades e necessidades. E, ainda, com a reforma da LDB em 1971, foi introduzida a matéria Estudos Sociais no currículo das escolas primárias, visando à substituição de Geografia.

A partir da década de 1980, com a redemocratização do país é que de fato a Geografia nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental passou a ter espaço legal no currículo escolar. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997), adquirir conhecimentos básicos de Geografia é algo importante para a vida em sociedade, em particular para o desenvolvimento das funções de cidadania. Como se pode ver, a seguir,

O estudo da Geografia deve abordar principalmente questões relativas à presença e ao papel da natureza e sua relação com a ação dos indivíduos, dos grupos sociais e, de forma geral, da sociedade na construção do espaço geográfico. Para tanto, a paisagem local e o espaço vivido são as referências para o professor organizar seu trabalho. (PCN, 1997, p. 127)

Para o primeiro ciclo, concluiu-se o seguinte objetivo no PCN, “reconhecer na paisagem local e no lugar em que se encontram inserida as diferentes manifestações da natureza e a apropriação e transformação dela pela ação de sua coletividade e seu grupo social” (PCN, 1997, p.130).

O trecho acima citado, esclarece que a disciplina de Geografia possibilita oportunidade do educando entender, ler e agir no mundo onde está vivendo. É uma forma única de apreender e vivenciar o mundo, de entender as relações sociais, as econômicas e as da natureza dentro de uma sociedade tão informacional. Dentro desse propósito, a Geografia possui seculares conhecimentos sobre o planeta, afinal de contas a própria palavra Geografia já diz, estudo da Terra.

Diante disso, faz-se necessário um repensar constante sobre o ensino de Geografia, que precisa estar contextualizado com o espaço escolar, e, conseqüentemente, levar em conta as especificidades de cada realidade. Dessa forma, será possível valorizar a identidade e a

história dos sujeitos envolvidos no ato educativo, a fim de se obter resultados significativos frente ao processo de ensino-aprendizagem.

Diagnóstico do currículo de Geografia na Escola Municipal Divina Ribeiro Borges

A pesquisa aconteceu na Escola Municipal Divina Ribeiro Borges, situada na Avenida Castelo Branco s/n, centro, município de Cariri do Tocantins - TO, que funciona em dois turnos: matutino e vespertino. A escola oferece do Jardim I a 9º ano do Ensino Fundamental.

O resultado dessa pesquisa baseou-se na análise do cotidiano escolar da escola e resulta dos relatos de três professores, os quais destacaram de forma sucinta seus pontos de vistas a respeito das questões. Procurou-se evitar a identificação dos professores nas situações descritas, pois a intenção não é identificar acertos ou falhas de um ou outro professor, sendo identificados como P1, P2 e P3 no texto. A partir dos seus relatos e ações, buscou-se possibilitar uma reflexão sobre o currículo escolar de Geografia no Ensino Fundamental I. A investigação teve como sujeitos, três professores, os quais exercem a docência a mais ou menos de 5 (cinco) anos. Para análise comparativa do estudo fez-se um questionário composto de dez questões, e posterior confronto entre os dados, às evidências, as informações coletadas e o conhecimento teórico acumulado a respeito do tema currículo escolar.

Inicialmente, ao serem questionados de como participam da elaboração do currículo de Geografia para a escola ou para sua turma, dois professores disseram que não participam, pois a escola segue o currículo do Estado do Tocantins e um professor não respondeu. Dentro desse contexto as literaturas estudadas confirmam a importância de se fazer uma adaptação curricular, porque quando se pensa na concepção de um currículo deve-se pensar nas transformações de todo um contexto: aquilo que deve ser ensinado, para quem, com qual objetivo, e quais as intenções políticas e sociais deste ensino. Além de estar adequada ao seu público alvo, pois o currículo imposto por um determinado grupo, por uma determinada ideologia, impossibilita que outros conteúdos assimilados fora do ambiente escolar, sejam introduzidos na sala de aula.

Com isso, reproduz-se uma política segregacionista em que os educandos têm que se enquadrar nos padrões de inteligência ditados pela lógica do mercado globalizado. A tendência é menosprezar a cultura e os saberes dos educandos das camadas populares em benefício daqueles que detêm os bens culturais. Essa ideia é demonstrada por Cacete (1999, p. 40) que diz, “os currículos impostos, como bem sabemos têm inúmeras fragilidades e limites, e poucas vezes lograram modificar práticas e expressar resultados significativos na sala de aula”.

Então, cabe ao professor encaminhar as diversas inter-relações entre os conteúdos pertinentes à Geografia, os saberes dos alunos e os conhecimentos produzidos pela humanidade.

[...] a principal negociação é a que ocorre na relação pedagógica propriamente dita, quando professores/as redefinem a programação, segundo as peculiaridades de cada turma, nas condições (possibilidades e limites, seus e dos alunos/as) para desenvolvê-la e vão frequentemente alterando-a, a partir do modo como os discentes a ela respondem. (SAVIANI, 1995, p.29)

Ao serem indagados sobre se há planejamento e o que o professor acredita ser essencial levar em consideração quando planeja o currículo de Geografia para sua turma, ficou explícito no comentário do professor (P1) que se a escola tem um currículo a seguir não é preciso planejar ou discutir. Porém, de acordo com Vasconcelos (2002, p.79), planejar é antecipar mentalmente uma ou um conjunto de ações a serem realizadas e agir de acordo com

o previsto. Portanto, o planejamento é uma mediação teórico-metodológica para a ação, consciente e intencional.

Já na resposta do professor (P2) que demonstra a compreensão de que flexibilizar o planejamento, é uma possibilidade de intervenção e que deve ser um documento elaborado a partir de processo que envolva a prática docente no cotidiano escolar, durante todo o ano letivo. Assim sendo, os teóricos: Vasconcelos (2002) e Silva(1995) afirmam que o planejamento deve ser pensado antes do início das aulas, e seu uso deve ter o objetivo de pensar e repensar a prática do cotidiano escolar.

Quanto ao que foi dito pelo (P3) fica evidente no discurso a palavra linear. A respeito disso, Silva (1995) afirma que o que ocorre durante a aula de uma maneira totalmente linear se torna um simples registro, que não condiz com aquilo que se está trabalhando em sala de aula. No registro é uma coisa, mas na prática é outra. Plano linear se faz para planejar um produto, que não é o caso do ser humano, pois o ser humano e contido de realidades e contextos diversos. Nessa abordagem é imprescindível que se faça uma articulação entre o plano da escola, o plano de ensino e o plano de aulas.

É importante ver o currículo não apenas como sendo constituído de “fazer coisas”, mas também vê-lo como fazendo coisas às pessoas. O currículo é aquilo que nós, professores/as e estudantes, fazemos com as coisas, mas é aquilo que as coisas fazem a nós. Nós fazemos o currículo e o currículo nos faz. (SILVA, 1995, p. 4)

De acordo com Masetto (2003, p.43), no planejamento realizado pelo professor, algumas premissas são fundamentais:

- 1)A necessidade de conhecer a disciplina em seus aspectos teórico-metodológicos, tendo o domínio conceitual;
- 2) a dimensão pedagógica de o seu fazer profissional;
- 3) a referência da Diretriz Curricular da disciplina;
- 4) a necessidade de conhecer os documentos oficiais, dentre os quais destacamos o Plano Político Pedagógico da escola e
- 5) o contexto em que esta se insere. Nesse sentido, deve o professor incorporar o cotidiano de seus alunos no planejamento escolar.

Quando indagados sobre se eles professores, veem diferença entre o currículo de Geografia que é planejado e sua execução, a sua prática, o professor (P1) afirmou que em sua aula textos de Geografia só entram como complemento de reforço da leitura. Diante da informação dada, faz-se necessário a citar o que Callai (1999) conclui: que dependendo do lugar de onde estamos, das posições ideológicas que assumimos, podemos influenciar e materializar um currículo que ora contemple os ditames e normas das legislações educacionais, ora assuma e transpareça a vida dos educandos, suas habilidades e competências. O professor, sendo ele não preparado ou preparado, ele que vai escolher seu posicionamento e determinar sua prática.

Para o Professor (P2) o obstáculo encontrado para execução do currículo é a formação específica. De acordo com os teóricos selecionados para esse debate, a prática pedagógica do professor dependerá da formação teórica e metodológica. Se caso, os professores, não refletir sua prática de ensino, tornaram-se transmissores de conteúdos dos livros didáticos.

Segundo Callai (1999, p.38):

[...] a formação de um profissional da Geografia deve habilitá-lo para a compreensão da realidade na análise de processos e não em fases [...] porque entender o processo é avançar o raciocínio do local para o regional e para o global na compreensão de valores e relações socioculturais de apreensão exclusiva do profissional da Geografia.

Além disso, Cavalcante (2006) afirma que a atualização é condição primordial para o bom exercício da prática docente e, portanto, a formação inicial do professor deve ser também continuada, caracterizando a aprendizagem e habilitação profissional como processuais; bem como é importante, o exercício constante da reflexão das próprias práticas.

O Professor (P3) não encontra diferença, pois desenvolve a teoria e a prática no seu trabalho. Assim confirma a ideia sistematizada por teóricos de base dessa análise, os quais dizem que as atividades teóricas que possibilitam de modo indissociável o conhecimento da realidade e o estabelecimento de finalidades para sua transformação. Mas para produzir tal transformação não é suficiente a atividade teórica; é preciso atuar praticamente. Segundo Pimenta (2002, p. 92), “não basta conhecer o mundo (teórico) é preciso transformá-lo (práxis). Portanto, a teoria (projeto de uma prática inexistente) determina a prática real e efetiva”.

Quando questionados sobre de que maneira foram informados sobre o currículo de Geografia em uso na escola, os professores (P1), (P2) e (P3) informaram que quem esclarece sobre este assunto é o coordenador. Na resposta do (P1) fica evidente a abordagem da coordenação com a preocupação de padronizar o currículo para que atenda os alunos transferidos.

No tocante a quinta indagação que solicitava que o professor fizesse uma reflexão sobre o currículo em vigor na Instituição em que trabalha, se o currículo de Geografia era ideal, os professores responderam:

Não é ideal, pois não se consegue trabalhar conforme exigido, pois às vezes o que tem no currículo não tem no livro. Além disso, o currículo é pensado para alunos sem deficiência é quando se tem três alunos com necessidades especiais para assistir a aula de Geografia. O que fazer? (P1)

É uma prática que está em processo e há um longo caminho a percorrer, de estudos e busca para adequar a realidade escolar. (P2)

Não propriamente deveria ser reformulado de acordo com nível da turma mesmo porque há muitos conteúdos para um bimestre. (P3)

Pode-se inferir que a professora (P1) não consegue trabalhar o conteúdo se não tiver no livro. Porém o livro didático é apenas um ponto de apoio – importante para esse trabalho criativo. Mas ele não deve ser encarado, em nenhuma hipótese, como um receituário pronto, fechado, que deve ser “aplicado”. O livro didático e outros livros de apoio didático devem ser conceitualmente atualizados, pois os mesmos não concorrem com jornais, revistas, publicações eletrônicas e programas de televisão, os quais se espera que forneçam informações atualizadas. O que nos faz concluir que o livro didático é o único referencial utilizado pelos professores arrolados na pesquisa, apesar deles apresentarem que utilizam os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Oliveira (2008, p. 137), afirma que apesar de todos os contratemplos e reclamações, não há como negar que o livro ainda continua a ser o manual da prática docente,

O livro didático se tornou a “bíblia” dos professores e nem sempre as editoras colocaram no mercado livros com um mínimo de seriedade e veracidade científicas (...) é este material, sem qualidade aferida ou ratificada pelos círculos acadêmicos das universidades e pelos professores da rede oficial, que se tem transformado no definidor da ‘Geografia que se ensina’. É ele que tem sido caracterizado e caracteriza o que é Geografia.

Ainda na resposta dada pelo (P1) é mencionado a não preocupação com as pessoas com necessidades especiais. Quanto a esse fato, a dificuldade de construir um currículo para Geografia se agrava ainda mais quando relacionado, por exemplo, aos deficientes visuais.

Como completa Sena (2008 p. 43): [...] pode-se afirmar que a pessoa com deficiência visual necessita dos mapas adaptados não somente para a aprendizagem de conceitos de Cartografia ou Geografia, mas também na orientação, na mobilidade e no acesso a informação de qualidade em espaços públicos.

Esses problemas resultam de políticas que usam as instituições escolares como forma de controle para garantir sua hegemonia social. A vista do exposto Sacristán (1994 *apud* Santomé 1999) argumenta que os materiais curriculares são os meios pelos quais o Estado recorre para garantir o seu controle e vigilância das salas de aula e das instituições de ensino e que a mediação nesta relação realça a dependência aos sistemas hegemônicos em cada sociedade.

O que o professor (P2) respondeu, remete-se a dizer que o que é afirmado por autores que discutem sobre currículo é que, é necessário que se faça uma adaptação do currículo a realidade. A Geografia se apresenta na escola como conteúdo curricular, com frequência sua historicidade passa a ser negligenciada para se transformar em um conhecimento estático, descontextualizado e enfadonho, por ser apresentada como algo distante do aluno e de sua realidade. Para Castrogiovanni (2003, p.13), “a escola parece ser homogênea, transparente e sem brilho no que se refere a tais características. É urgente teorizar a vida, para que o aluno possa compreendê-la e representá-la melhor e, portanto, viver em busca de seus interesses”.

O professor (P3) fez uma abordagem dicotômica, afirmando que currículo não está no nível da sua turma. O questionamento que se faz diante dessa resposta é se a turma não da conta do nível dos conteúdos por razões de falta de aprendizagem ou por razão da carga horária de Geografia ser curta em relação aos seus conteúdos. Sobre as aulas de Geografia, Kaercher (2004) comenta ter muito conteúdo e baixa reflexividade, por isso utiliza a expressão “um pastel de vento”, a Geografia com boa aparência externa, mas pobre na capacidade de reflexão. A questão não é apenas o fato de ser ou não muito conteúdo, mas como esse conteúdo é trabalhado em sala de aula, já que os conteúdos são pouco discutidos, sendo pouco exigidos nos aspectos reflexivos, a como dando - se à mera informação e seu repasse.

Na questão seguinte, sobre o que poderia ser acrescentado ou suprimido do currículo de Geografia. Os professores responderam:

No ensino fundamental trabalha muita paisagem, os meninos abusam. (P1)

É importante o apoio que deve ser oferecido aos professores e alunos no momento de implantação das inovações curriculares pretendidas. É preciso que o professor seja envolvido em um processo de formação continuada para que a concretização das informações curriculares ocorra da melhor forma para o processo de ensino e aprendizagem. (P2)

No caso deveria que ter uma reflexão e análise do currículo. E sempre utilizar ferramentas metodológicas inovadoras, já que os alunos adoram estas. (P3)

A resposta dada pelo professor (P1) é dicotômica, pois se tirar a paisagem do currículo, como o objeto da Geografia que é o espaço geográfico se configura? Porque conforme o que está escrito no próprio referencial curricular da escola em que ensina o seguinte trecho:

O espaço geográfico é o Eixo Norteador da disciplina de Geografia, sendo que a partir do estudo desse espaço que a Geografia se fundamenta como Ciências e como disciplina escolar. Por outro lado os Sub-eixos Paisagem, Sociedade e Meio Ambiente, são considerados elementos que dão sustentação ao espaço geográfico, e é neste espaço que acontecem as inter-relações sociais, políticas, econômicas e naturais. O eixo norteador e os sub - eixos têm uma relação intrínseca e interdependente, e assim sendo, é impossível dissociar um do outro. Portanto, ao estudar o espaço geográfico consequentemente estuda - se a paisagem, a sociedade e o meio ambiente simultaneamente, seguindo sempre os princípios teóricos da

ciência geográfica (observação, descrição, experimentação, analogia e síntese). (Referencial Curricular de Geografia, 2009, p.163)

O professor (P2) deu uma pincelada no que tange à formação continuada, já discutida na questão três. O professor (P3) em sua resposta enfatiza a importância de se trabalhar Geografia utilizando inovações, pois os alunos gostam de aulas que tem haver com seu dia-a-dia. Através do diálogo com os professores entrevistados nesta pesquisa, constata-se o quanto eles reconhecem a necessidade de assumir novas metodologias, concedendo um espaço maior aos alunos, afirmando até que, quando fazem isso, os alunos participam mais, contam fatos do cotidiano, interagem e se interessam mais. (P1, P2 e P3)

Ao serem questionados a respeito de que o livro didático de Geografia não apresenta os conteúdos sugeridos no currículo, como resolveria essa situação em sala de aula, foi interessante que na análise dos professores (P1), (P2) e (P3) nenhum dos três ficam satisfeitos em deixar os alunos sem os conteúdos, buscam utilizar de métodos inovadores que sejam capazes de vincular os conteúdos com a realidade vivida pelo aluno”. Mesmo, com muita dificuldade tentam não negligenciar o estudo.

Vesentini (2007, p.167), vai afirmar que, ao invés de aceitar a “ditadura” do livro didático, o bom professor deve ver nele, tão somente um apoio ou complemento para a relação ensino-aprendizagem que visa a integrar criticamente o educando ao mundo.

Ao buscarmos qual seria a posição dos professores se ouvissem de um coordenador: “Não é necessário trabalhar o currículo de Geografia, privilegie trabalhar somente os conteúdos do currículo de Português e Matemática”, os professores (P1) e (P3) disseram que obedeceriam à ordem e estariam em comum acordo com a sociedade negligente, conforme Paulo Freire (2001, p.29), essa sociedade tem como estratégia a opressão, traduzida em repressão de uns sobre outros, utilizando-se do modelo de educação bancária e do poder do conhecimento científico como forma de manipulação e domesticação para atingir seus objetivos egoístas.

As afirmações dos professores nesta questão contradizem autores como Kaercher (2001), Callai (2002), Cavalcanti (2002), Castrogiovanni (2003) e Pontuschuka (2007), pois estes autores concordam em vários aspectos no que diz respeito à forma de ensinar Geografia para as séries iniciais. Para eles a Geografia das séries iniciais pode e deve auxiliar para que o aluno se reconheça como cidadão atuante na construção do espaço em que vive.

A Educação Geográfica, desde os anos iniciais, introduz sua linguagem e conceitos específicos. Segundo Cavalcanti (1998) O conhecimento geográfico é, pois, indispensável à formação de indivíduos participantes da vida social à medida que propicia entendimento do espaço geográfico e do papel desse espaço nas práticas sociais.

O valor educativo da educação geográfica nas séries iniciais pode ser identificado em princípio pelo simples fato de que todos nós ocupamos um determinado lugar-espaço. Neste espaço cada um tem seus limites e as características que são suas marcas específicas. Movimentar-se nele, passa a ser o desafio para o aluno e, para tanto, ele precisa conhecer, identificar os objetos e as relações entre os mesmos. É importante, também, a representação de tudo isso.

Ao serem questionados se existe uma ideia de que os conteúdos de Geografia não são de fundamental importância para as séries iniciais, a resposta do professor (P1) foi que não tem como ensinar Geografia para quem não lê. Neste sentido, as literaturas afirmam que a leitura do espaço passa a ser condição para que o aluno consiga fazer a leitura do mundo, desenvolvendo habilidades de observação, descrição, análise, interpretação e da representação dos lugares e das paisagens. Se nos anos iniciais o objetivo principal é a alfabetização, a contribuição da Geografia é exatamente oferecer ao aluno a possibilidade de ler e escrever o mundo da vida. Através desta "leitura do mundo" as crianças começam a perceber as relações espaciais existentes, as relações de afeto, observam que cada coisa ocupa um lugar e tem um

nome, manifestam preferência e rejeições. Essa afirmativa é confirmada por Freire (1988, p. 80) quando diz, “A leitura do mundo precede a leitura da palavra”.

Já a resposta dada pelo professor (P2) é que o ensino dos conteúdos de Geografia é significativo ao ser humano, aqui se faz uma analogia com o que é dito pelos teóricos citados nesse trabalho, pois dizem que o professor precisa ter clareza dos objetivos que pretende desenvolver com seus alunos nessas séries, além de partir dos conhecimentos prévios das crianças.

O professor (P3) propõe em sua resposta que haja um trabalho interdisciplinar no período escolar dos anos iniciais, torna-se relevante utilizar a vivência dos alunos como ponto de partida para as discussões em sala de aula por meio de situações do cotidiano em qualquer escala, envolvendo o espaço e os conceitos que nele e dele fazem parte. Assim, o educador deve permear seu trabalho com a Geografia. O ensino de Geografia para os anos iniciais não deve ter objetivos tão díspares dos demais níveis de ensino. No entanto, as características didáticas - metodológicas próprias desse nível de escolaridade não podem ser desconsideradas. Nesse sentido, a função alfabetizadora da Geografia implica na inserção/participação dos sujeitos em que os conhecimentos e posicionamentos encontram - se em relação dinâmica.

Conforme sugere Kaercher (2001, p. 83) “estar alfabetizado em Geografia significa relacionar espaço com natureza, espaço com sociedade, isto é, perceber os aspectos econômicos, políticos e culturais, entre outros, do mundo em que vivemos”.

E por último, quando perguntamos sobre não cumprir o currículo de Geografia planejado no período letivo e o que é feito para resolver esse problema, os professores responderam:

Quando vejo que não vai dá tempo, eu peço que os alunos pesquisem e apresente por meio de seminário. (P1)

Busco orientação ao coordenador da instituição e junto buscou selecionar o problema. Pesquisando em internet ou buscando informações com outros profissionais mais experientes sem deixar de dá segmento ao currículo planejado. (P2)

Nos três primeiros bimestres tem como resolver o problemas fazendo uma revisão. Já no ultimo bimestre não tem como, o conteúdo fica sem ser dado. (P3)

Diante das respostas, vale ressaltar que devem ser tomados cuidados na hora de incluir novos assuntos na pauta. Ignorar não é o caso. São muitos games, vídeos e seriados que podem servir de inspiração. Mas é preciso ter uma boa formação para mudar de postura. A escola precisa saber o que é fundamental para ser trabalhado. Não está certo deixar tudo de lado para discutir assunto sem nenhuma programação nem vínculo com o currículo.

Vasconcelos (2000, p. 159) distingue “flexibilidade de frouxidão”: [...] é certo que o projeto não pode se tornar uma camisa de força, obrigando o professor a realizá-lo mesmo que as circunstâncias tenham mudado radicalmente, mas isto também não pode significar que por qualquer coisa o professor estará desprezando o que foi planejado.

No entanto, a flexibilidade é condição fundamental para o trabalho do professor, porém, é preciso pensar em que sentido o plano é flexível. Na metodologia é fundamental que o professor seja flexível para que consiga atingir todos os alunos, já em relação ao conteúdo corre-se o risco de um enfraquecimento do ensino, para isso o professor precisa de uma análise mais criteriosa sobre o que priorizado sem prejudicar o conteúdo essencial de sua disciplina.

Considerações Finais

As repostas analisadas no questionário remetem à compreensão que o conhecimento e saberes geográficos estão cada vez menos valorizados, principalmente, nos anos Iniciais do Ensino Fundamental, em que esta pesquisa se aplica.

Infelizmente o professor, por estar diretamente ligado ao ensino, acaba ganhando o título de “o culpado”, mas foi possível verificar que o professor é afetado por todo um sistema educacional falho. Em cada comentário dos professores é possível perceber a falta de participação destes nas decisões do currículo, pois se algum texto sobre Educação lhes chega até às mãos, é lido com pouco tempo ou até mesmo com desconfiança e incredulidade - não chegando a motivar nenhuma discussão para alguma renovação da prática do ensino.

Diante da situação, existem as evidências encontradas na pesquisa de que o professor que atua nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental não participa de formação continuada em Geografia, o que, algumas vezes, deixa a desejar, pois os profissionais que ministram o ensino de Geografia, além de contar com uma carga horária curta para aplicar um grande conjunto de conteúdo, ainda disponibilizam pouco tempo, de abordagem para a disciplina.

Foi verificado que alguns professores que atuam nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, não têm conhecimento significativo do que seria importante trabalhar em Geografia, ou seja, não conseguem aplicar conceitos de Geografia por falta de conhecimento ou significado, têm ausência de habilidades necessárias para aplicar os conteúdos da Geografia.

Na escola pesquisada, o professor, independente da sua formação, leciona todas as disciplinas à vista que para ensinar Geografia é fundamental que o professor seja capaz de considerar o potencial educativo da matéria que ministra, o contexto em que atua, e as características dos alunos, para ensinar esse conteúdo que sabe e domina.

Sem o conhecimento dos pressupostos da disciplina, priorizam o letramento e compreensão das operações matemáticas, contribuindo para a marginalização da Geografia. Isso ocasiona uma transmissão superficial do conhecimento geográfico e assim é possível verificar as dificuldades relacionadas à formação das professoras. A falta de uma formação continuada é vista pelos professores como empecilho para o trabalho como é possível verificar com os colaboradores, todos os professores fizeram relações ou considerações a respeito de sua formação.

Em relação ao ensino de Geografia e séries iniciais, é perceptível que o ensino de Geografia para crianças é uma das possibilidades da formação do cidadão por meio do posicionamento crítico. E essa oportunidade é tirada no momento que o conteúdo não é trabalhado.

Assim, o aluno que chega ao ensino fundamental II, traz consigo a base que ele teve na sua educação no ensino fundamental I. Se caso este aluno seja oriundo de uma base firme e que o leve à reflexão, torna-se mais fácil este perceber o ensino de Geografia com significado, pois a educação é a base para uma vida melhor.

Ainda em análise das respostas dos professores, são apresentadas dificuldades dos docentes que nos remetem à relação da prática com a teoria, por falta de capacitação continuada do conhecimento em Geografia nas séries iniciais. Outro fator encontrado é referente aos livros didáticos de Geografia que não condizem com a realidade do aluno, mas que os professores usam como se fosse à única ferramenta de ensino, isso ocorre por motivo dos baixos salários. É muito comum hoje o professor ter como sua única fonte de estudo e pesquisa os livros didáticos, por motivo do custo alto dos livros, ao passo que o livro didático chega ao professor gratuitamente, é fornecido pelo Ministério da Educação (MEC).

Além de todos os fatores já mencionados, existem também aqueles que dizem respeito ao tamanho das turmas ou número de alunos, dificuldades com a utilização dos recursos didáticos, a falta de recursos, pouca leitura dos alunos, e incentivo dos gestores escolares, e é forçoso afirmar que os professores estão seguindo as normas dos Parâmetros Curriculares Nacionais dos Anos Iniciais.

Esses são alguns entraves com relação à disciplina na prática. Porém, dentre os entraves mais claros, está o fator dos professores remeterem o currículo de Geografia uma indiferença e priorizando transformar o índice do livro em currículo, ao invés de seguir as

sugestões dos Parâmetros Curriculares Nacionais para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Todavia, os professores e críticos da educação costumam afirmar, que existe um medo em formar professores capazes de se comprometer com a educação e reverter o quadro deficiente da formação escolar brasileira. Por essa razão, é que as políticas de gestão educacional as vezes são as grandes responsáveis pela situação existente em muitas escolas públicas do país, pois a pesar das várias e sucessivas tentativas, as reformas no campo da educação não alcançaram resultados favoráveis, porque em geral, essas políticas de currículo têm se caracterizado como programas de governo, isto é, com início e fim determinados pelos mandatos. Falta tempo para sua implantação e consolidação no espaço de um governo, acarretando descontinuidade administrativa e pedagógica.

Essas descontinuidades das políticas públicas remetem uma sequencia de danos a toda estrutura de ensino, pois quando se pensa na concepção de um currículo deve-se pensar nas transformações de todo um contexto: aquilo que deve ser ensinado, para quem, com qual objetivo, e quais as intenções políticas e sociais deste ensino, o qual deve estar adequado ao seu público alvo, o currículo deve ser pensado na prática do docente, tanto no que tange a sua formação pedagógica, a qual nem sempre acompanha as mudanças na sociedade, e na realidade que este se depara nas salas de aula da rede pública.

Para tanto, a Reorganização Curricular do Ensino Básico evidencia e reitera a importância de um Currículo Nacional, que deve também ser pensado pela Escola e pelos professores a nível local.

Referências

APPLE, Michael . A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, A.F. (Org.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001,59-91p.

BRASIL. Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História, Geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 159p.

CACETE, Núria Hanglei. **Reformas no mundo da educação: parâmetros curriculares e geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

CALLAI, Helena. **O ensino em Estudos Sociais**. 2 ed. Ijuí: Unijuí, 2002.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. 4 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

CAVALCANTI, Lana. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Editora Alternativa, 2002.

CAVALCANTI, Lana. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papyrus, 1998.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes Necessários a Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo; MACEDO, D. Alfabetização leitura do mundo, leitura da palavra. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

KAERCHER, Nestor André. Desafios e utopias no ensino de Geografia. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 173-188.

KAERCHER, Nestor André. **Ler e escrever a Geografia para dizer a sua palavra e construir o seu espaço**, 6 Ed. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004. p. 73-85

273

KAERCHER, Nestor. André. Ler e escrever a Geografia para dizer a sua palavra e construir o seu espaço. NEVES, Iara et all(org.). **Ler e escrever: compromisso de todas as áreas** (4 ed.). Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

LUDKE, Mega: ANDRE, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: UPU, 1986

MARQUES, Valéria. **Reflexões sobre o ensino de Geografia nas séries iniciais do ensino fundamental**. Disponível em http://www.valerri_marques@hotmail.com>Acesso em 20 de maio de 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Geografia em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 313-323.

OLIVEIRA, E. M. C. **Buscando caminhos para o ensino de Estudos Sociais nas quatro séries iniciais do primeiro grau** – relato de experiência. 1990.

PIMENTA, S. G. **Projeto pedagógico e identidade da escola. Educação e Formação**, Campinas, v. 1, p. 49-57, 1999.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SANTOS, D. **A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico Crítica: primeiras aproximações**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Quem escondeu o currículo oculto**. In Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte, Autêntica, 1999: 77-152.

STRAFORINI, Rafael. **O ensino de Geografia nas séries iniciais do ensino fundamental: um olhar a partir dos registros de classes de seus sujeitos praticantes**. 1. ed. Goiânia: Editora PUC/Goiás, 2012, v. 1, p. 79-101.

VESENTINI, José William. **A questão do livro didático no ensino da Geografia: Novos caminhos da Geografia in Caminhos da Geografia**. 5.ed. - São Paulo: Contexto, 2007.